

Aspectos da noção de causalidade em João Duns Escoto

Gustavo Barreto Vilhena de Paiva*

Vitória (ES), vol. 2, n. 2
Dezembro 2013

SOFIA
Versão eletrônica

* Doutorando no Depto. de Filosofia da USP e bolsista CAPES/ gustavo.barreto.paiva@usp.br

Resumo: Um dos elementos mais fundamentais e complexos na filosofia de João Duns Escoto é a doutrina da causalidade. Em poucas palavras, sua centralidade se deve ao fato de que, para este último, toda a ordem do mundo pode ser compreendida a partir das relações de causa e efeito, que perpassam todos os entes. Esse caráter fundamentalmente metafísico da noção de causalidade será um primeiro tema de nosso estudo. Em seguida, atentaremos para dois outros aspectos da causalidade na filosofia do Doutor Sutil: a noção de causalidade concorrente e o problema da causalidade de algo sobre si mesmo. Com isso, espero fornecer uma exposição acurada de alguns dos aspectos mais relevantes da doutrina da causalidade em Duns Escoto.

Palavras-chave: causalidade; relação; ordenação; metafísica; João Duns Escoto.

Palavras-chave : Causalidade; relação; ordem; metafísica; John Duns Scotus.

Abstract: One of the most fundamental and complex elements in John Duns Scotus's Philosophy is the doctrine of causality. In few words, it owns its centrality to the fact that, for him, the whole world order can be understood through relations of cause and effect, which pervade every being. This fundamentally metaphysical character of the notion of causality will be our first subject of study. After that, we will focus on two other aspects of the causality in the Subtle Doctor's philosophy: the notion of concurrent causality and the problem of one's causality upon itself. Thereby I wish to provide an accurate exposition of some of the most relevant aspects of Duns Scotus's doctrine of causality.

Key-words: causality; relation; order; metaphysics; John Duns Scotus.

I. Duns Escoto e a noção de causalidade¹

João Duns Escoto (c. 1265-1308) – dito o Doutor Sutil – pode ser enumerado entre os principais autores em atividade em fins do século XIII e início do XIV. Formado na Universidade de Oxford e no estúdio franciscano da mesma cidade, ele aí iniciou sua carreira lecionando sobre a lógica de Aristóteles, pelo que compôs comentários a diversas obras deste último (às Categorias, ao Da interpretação, aos Elencos sofistas) que, juntos ao comentário à Isagoge de Porfírio, são denominados *parva logicalia* – algo como ‘os pequenos escritos lógicos’. Dando continuação à sua formação, comentou as Sentenças de Pedro Lombardo, primeiro em Oxford depois em Paris, do que resultam três versões diferentes de seus comentários às Sentenças: a *Lectura* (composta em Oxford antes de 1300), a *Reportatio parisiensis* (apresentada em Paris, como seu nome indica, a partir de 1302) e a *Ordinatio* (destinada a ser a versão final para publicação dos comentários e que permaneceu inacabada). Em 1306 ou 1307 apresentou, ainda em Paris, seu único conjunto de Questões quodlibetais (durante as quais, por dois dias, toda a universidade parava suas atividades e se reunia em sessões nas quais qualquer um poderia fazer qualquer pergunta para o mestre que se dispôs a presidir a sessão) para, já no ano seguinte – o último de sua vida – ser enviado para Colônia, onde morreu. A essas obras se somam ainda as Questões sobre a Metafísica, algumas outras questões disputadas chamadas em conjunto de *Collationes* (ambas de difícil datação), as Questões sobre o Da alma, os Teoremas (ambos provavelmente compostos no início de sua carreira, ainda em Oxford) e o Tratado sobre o primeiro princípio, quiçá a mais tardia obra sua, que consiste em uma longa e cuidadosa prova da existência de Deus que é composta, em grande parte (mas não completamente), por uma reunião de textos retirados da *Ordinatio*².

¹ Versões iniciais dos itens II. e III. do presente artigo foram apresentadas, respectivamente, no IX Seminário da Pós-graduação em Filosofia da UFSCar e no I Encontro de Pós-graduação em Filosofia da USP. As discussões resultantes das apresentações em ambos os casos contribuíram de maneira significativa para a atual formulação dos textos.

² Sobre a vida e a obra de Duns Escoto, ver SHEPPARD, “Vita Scoti” e WILLIAMS, “Introduction. The Life and Works of Duns Scotus”; em particular, sobre a complexa relação entre as várias versões dos seus comentários às Sentenças, cf. WOLTER, “Reflections about Scotus's early works”. Vale notar que a *Ordinatio*,

Como vemos, foram por ele produzidas obras de caráter teológico e filosófico. Em ambos os casos, porém, é sempre possível encontrar em seus textos um conteúdo filosófico, seja como tema central ou como temática coadjuvante na busca da solução para um problema teológico. Dentre esses temas de caráter filosófico, foi destacada em fins do século passado por André de Muralt a importante e complexa noção de ‘causalidade’ desenvolvida pelo Doutor Sutil. Para ser mais preciso, um aspecto em particular dessa noção foi sublinhado – a saber, a dita ‘doutrina da causalidade concorrente’, isto é, a tese de que diversas causas podem concorrer como uma única causa para a produção de um único efeito. Para Muralt, essa doutrina representa um dos elementos mais relevantes no caminho desde a escolástica até a modernidade filosófica³. Certamente, não será meu objetivo aqui avaliar essa tese. Antes, o que pretendo é, inspirado pela importância atribuída por Muralt a essa noção desenvolvida por Duns Escoto, expor cuidadosamente o que é, para este último, a causalidade e mostrar de que maneiras diversos entes podem interagir com fins à efetivação de outros entes. Para tanto, veremos primeiro o que é, segundo Duns Escoto, a causalidade metafisicamente considerada enquanto um caso das relações que há entre os entes – faremos isso no item II. Em seguida, estaremos em posição de analisar, no item III., a descrição apresentada pelo Doutor Sutil dos casos de ‘causalidade concorrente’, na qual várias causas parciais cooperam como uma causa total para a produção de um único efeito. Por fim, no item IV., será interessante estudar um outro caso de causalidade que surge na filosofia de Duns Escoto, a saber, a ‘causalidade sobre si mesmo’, na qual um agente causa em si mesmo um efeito, exigindo por vezes, porém, outro ente como uma condição *sine qua non* (que não é, esteja claro, uma causa parcial) de sua ação. Em outras palavras, primeiro veremos o que é, em termos metafísicos, a causalidade para, em seguida, ver duas maneiras distintas pelas quais diversos entes podem interagir para gerar um efeito. Assim, este trabalho se apresenta como um estudo de diversos aspectos que compõem a complexa noção de ‘causalidade’ na filosofia de Duns Escoto, uma noção que já foi apontada como um dos mais relevantes elementos na história da filosofia entre os séculos XIII e XVII, como vimos.

II. A descrição metafísica da causalidade

A consideração do caráter metafísico da noção de causalidade na obra de Duns Escoto é importante não somente por possibilitar um esclarecimento da própria noção em estudo, mas também por apontar a profunda relevância da discussão sobre a causalidade para a filosofia do Doutor Sutil como um todo. Isso porque, pelo estudo do seu caráter metafísico, ficará claro que a causalidade é um princípio essencial de ordenação de todos os seres. Ela é, portanto, um princípio metafísico que permite organizar todos os entes do mundo de tal maneira a, por exemplo, provar a necessidade de que haja um ente primeiro do qual dependem essencialmente todos os outros. Em outras palavras, a causalidade é um princípio de ordenação a partir do qual é possível provar a existência de um Deus.

Nesse caso, não impressiona que um dos estudos mais detalhados e aprofundados da noção de causalidade surja precisamente no Tratado sobre o primeiro princípio⁴. De fato, como seu título indica, o objetivo dessa obra é provar que há um Deus, tomando-O como o princípio primeiro de toda criatura, de maneira que todo o desafio da prova da existência de Deus proposta por Duns Escoto está exatamente em conseguir retornar dos efeitos à causa primeira demonstrando a atualidade de tal causa. Curiosamente, ele o faz iniciando a argumentação pela consideração da possibilidade de que haja uma causa primeira, para somente em seguida – quando já está estabelecida uma tal possibilidade – se debruçar sobre a necessidade de que haja atualmente (isto é, de que exista) uma tal causa primeira de

quando citada a partir da edição dos *Opera omnia* de Lucas Wadding (publicada em 1639), é citada como *Opus oxoniense*.

³ Cf. MURALT, *L'enjeu de la philosophie médiévale*, pp. 32-6.

⁴ A relevância fundamental da noção de causalidade para a compreensão da ordenação do universo como um todo na filosofia de Duns Escoto (um passo de suma importância, segundo o Doutor Sutil, para a comprovação da necessidade de um ente primeiro, ou seja, de Deus) já era destacada em começos do século XVI por Maurício de Porto, nas “*Annotationes in Ioannis Duns Scoti De primo rerum omnium principio*”, pp. 212-3. Mais recentemente, ela foi apontada por HARRIS, *Duns Scotus*, vol. 2, pp. 69-72, GILSON, *Jean Duns Scot*, pp. 129-43 e KING, “*Metaphysics*”, pp. 38-45. Para uma introdução ao Tratado sobre o primeiro princípio, cf. PUTALLAZ, “*Introduction*”.

tudo o que há. A isso se segue o estudo das perfeições que há nessa natureza única e primeira que é Deus. Pois bem, a primeira etapa da prova – a saber, todas as considerações sobre a possibilidade e a necessidade da causa primeira – constitui o terceiro capítulo do Tratado, ao passo que a segunda etapa – o discurso sobre as perfeições divinas – vem logo em seguida como o quarto capítulo. Sendo assim, somente metade do percurso da obra em questão forma propriamente a prova da existência de Deus. Isso ocorre, porque os dois primeiros capítulos do Tratado são voltados de maneira exclusiva justamente para considerações preliminares de caráter metafísico a respeito da ordenação das coisas no universo⁵ e, em particular, a respeito da noção de causalidade. Assim, no capítulo 1 do seu Tratado, Duns Escoto descreve os tipos de ordenações que há entre as coisas no mundo – nesse momento, a causalidade surgirá precisamente como uma dessas ordenações entre as coisas do mundo e, portanto, como uma das relações que essas coisas entretêm umas com as outras. É para esse estudo inicial que atentaremos.

Antes, porém, cumpre considerar rapidamente um pequeno trecho das Questões sobre a Metafísica de João Duns Escoto, pois ele aponta aí uma dificuldade no estudo das relações que deverá nos nortear quando nos voltarmos para a noção de causalidade tal como ela surge no Tratado:

“[...] embora as relações, como os outros, tenham distinções específicas por diferenças próprias, ainda assim, já que [estas] nos são escondidas, tomamos a distinção delas pelos fundamentos, a partir dos quais se faz notar a distinção dos relativos, ou seja, das relações [...]”⁶.

Como se vê, nós não podemos propriamente definir as relações, já que não podemos conhecer as diferenças específicas que as distinguem entre si, não nos cabendo, destarte, apontar as espécies que estão sob a categoria da ‘relação’ (ad aliquid), um dos nove gêneros de acidentes enumerados por Aristóteles nas Categorias (6a36-8b24). Pois bem, se não podemos apontar as diferenças específicas de cada espécie sob o gênero ‘relação’, não nos resta outra alternativa senão distinguir as relações a partir dos relativos e, assim, ver qual é o fundamento de cada relação. Em poucas palavras, distinguimos as relações pelos relativos em que elas se fundam. Dessa distinção não podemos obter espécies de relações, mas modos (modi) de relações e, para ser preciso, podemos distinguir aqueles três modos dos relativos que Duns Escoto diz serem indicados, mais uma vez, por Aristóteles na Metafísica (1020b26-1021b11)⁷. Essa consideração inicial aponta para o fato de que não se deve buscar na doutrina da causalidade de Duns Escoto definições de todas as relações causais possíveis.

Antes, há nela uma tentativa de descrição de certos modos pelos quais as coisas se ordenam umas em relação às outras. Além disso, o conhecimento dessa ordenação pode advir unicamente da consideração das próprias coisas ordenadas entre si, uma vez que elas mesmas são o fundamento da relação de ordenação que há entre elas. Dessa maneira – e retomando o que dizíamos há pouco –, o Tratado sobre o primeiro princípio se inicia justamente pelo estabelecimento desses diversos modos de relação que ordenam as coisas entre si e que só podemos conhecer ao tomarmos estas últimas como fundamentos das relações que ordenam elas próprias, localizando-as, umas em relação às outras, na ordem do universo. Esses modos de relação surgem, no Tratado, como as várias divisões (divisiones) dessa ordenação que há entre as coisas no mundo.

Já de início, Duns Escoto afirma que a via mais fecunda para o estudo que se pretende desenvolver no Tratado é a consideração da ordem essencial (ordo essentialis) que há entre os entes. Mais precisamente, ele apresenta essa ordem essencial como uma paixão do ente (passio entis). Ora, esse é precisamente o termo por ele utilizado para designar os predicados transcendentais do ente, isto é, aqueles predicados que são ditos de qualquer ente indiferentemente com respeito à sua infinitude ou finitude e, neste último caso, indiferentemente também com respeito à sua localização sob qualquer uma das categorias⁸. Assim, essa ordem essencial é uma paixão do ente, ou seja, ela é transcendente:

⁵ O termo *universus* surge, por exemplo, em *Tractatus de primo principio*, c. 3, n. 43 (ed. Kluxen, p. 52): “Sine unitate ordinis non est unitas universi”.

⁶ Duns Escoto, Qq. in *Metaph.* V, q. 12-14, n. 33 (ed. SBU, vol. 3, pp. 622-3): “Ubi notandum quod quamvis relationes, sicut alia, habent distinctiones específicas per proprias differentias, tamen quia latent nos, accipimus distinctionem earum per fundamenta, ex quibus innotescit distinctio relativorum sive relationum, scilicet effective sive materialiter”.

⁷ Cf. Duns Escoto, Qq. in *Metaph.* V, q. 12-14 (ed. SBU, vol. 3, pp. 615-40).

⁸ Duns Escoto, *Ord.* I, d. 8, p. 1, q. 3, nn. 113-5 (ed. Vaticana, vol. 4, pp. 205-7). Cf. WOLTER, *The Transcendentals and Their Function in the Metaphysics of Duns Scotus*, pp. 1-57 e KLUXEN, “Kommentar”, pp. 136-7.

ela diz respeito a todo ente – seja ele criador ou criatura. Dito de outra maneira, qualquer ente é ordenado essencialmente com relação aos outros entes pelo simples fato de ser. Dessa maneira, se estamos falando de ordem essencial estamos já falando de tudo aquilo que é e, portanto, de toda a ordem das coisas no universo. Sendo assim, Duns Escoto a descreve o mais comumente possível como “uma relação de comparação dita do anterior com respeito ao posterior e o converso – uma vez que, a saber, o ordenado se divide suficientemente por anterior e posterior”⁹. Enfim, dizer que todo ente é essencialmente ordenado é dizer que todo ente é, pelo seu próprio ser, anterior ou posterior a algum outro ente.

Descrita a ordem essencial, Duns Escoto nos apresenta a primeira divisão dessa ordem essencial, pela qual obtemos duas ordenações essenciais que ocorrem entre as coisas, a saber: a ordem de eminência (*ordo eminentiae*) e a ordem de dependência (*ordo dependentiae*). A primeira ordem é rapidamente descrita por Duns Escoto. Por ela, de fato, “o anterior é dito ‘eminente’ e o posterior [é dito] ‘o que é excedido’”. Para que se diga brevemente: aquilo que for mais perfeito e nobre segundo a essência é anterior assim”¹⁰. Essa ordem de eminência pela qual se relaciona o anterior ao posterior tal como o eminente ao excedido ou, ainda, o mais perfeito e nobre ao menos perfeito e nobre é aquilo que Duns Escoto denomina de terceiro modo dos relativos nas suas Questões sobre a Metafísica. Esse modo dos relativos – chamado também de relação ‘do mensurável à medida’ (*mensurabilis ad mensuram*) – é precisamente aquela relação pela qual as coisas se ordenam umas com respeito às outras tomando como fundamento a perfeição das suas essências ou, melhor dito, a quantidade de entidade, de bondade e de perfeição que cada coisa contém. Essa quantidade, decerto, não se confunde com uma quantidade numérica – ou seja, da categoria do ‘quanto’ –, mas é aquela quantidade transcendente (que convém, portanto, a cada ente pelo seu próprio ser, como vimos) que caracteriza cada coisa essencialmente e, ao fazê-lo, a localiza na ordem do mundo como mais perfeita do que os outros entes por ela excedidos e menos perfeita do que aqueles entes eminentes com respeito a ela¹¹. Enfim, o que está em jogo nessa ordem de eminência é a quantidade de perfeição de cada coisa – quantidade esta que a torna anterior a algumas coisas e posterior a outras no universo.

Mais importante para nós, entretanto, é a segunda ordem descrita por Duns Escoto como uma divisão da ordem essencial, a saber, a ordem de dependência. Por essa ordem de dependência, “é dito anterior aquilo de que algo depende e posterior aquilo que depende” e, ainda, “o anterior segundo a natureza e a essência é aquilo que ocorre sem o posterior, não o converso”¹². É nesse ponto que entramos no campo da causalidade, uma vez que essa dependência pela qual o posterior não pode ser sem o anterior é explicada por Duns Escoto precisamente por meio de uma consideração da relação entre causa e efeito. O problema é que, se atentarmos para o que ocorre no caso das causas necessárias, estas últimas parecem sempre necessariamente ocorrer com seus efeitos. Ora, nesse caso, o anterior não se dá sem o posterior, o que claramente infringe a descrição de dependência dada acima.

Assim, ainda que Duns Escoto admita que as causas necessárias sempre ocorrem com seus efeitos necessários, ele afirma que isso não deve ser confundido com o fato de que não há contradição em que a causa (anterior) seja sem seu efeito (posterior), mas há contradição em que o efeito (posterior) seja sem a causa (anterior). Assim, o efeito se segue necessariamente à causa, mas a causa não exige esse efeito para ser; já o efeito, pelo contrário, exige a causa para ser e sem ela lhe faltaria algo. Essa falta (*indigentia*) é precisamente o que Duns Escoto considera que seja a dependência que o

⁹ Duns Escoto, *Tractatus de primo principio*, c. 1, n. 3 (ed. Kluxen, pp. 2-4): “Accipio autem ordinem essentialem non stricte – ut quidam loquuntur, dicentes posterius ordinari, sed prius vel primum esse supra ordinem – sed communiter, prout ordo est relatio aequiparantiae dicta de priori respectu posterioris et e converso, prout scilicet ordinatum sufficienter dividitur per prius et posterius”.

¹⁰ Duns Escoto, *Tractatus de primo principio*, c. 1, n. 4 (ed. Kluxen, p. 4): “Primo modo, prius dicitur eminens et posterius quod est excessum. Ut breviter dicatur: quidquid est perfectius et nobilius secundum essentiam, est sic prius”.

¹¹ Esse trecho é fruto de uma leitura conjunta de: Duns Escoto, *Qq. super Metaph. V*, q. 12-14, nn. 94-8 (ed. St. Bonaventure, vol. 3, pp. 637-8); *Rep. par. I-A*, d. 31, q. 1-3, n. 58 (ed. Wolter & Bychkov, p. 285-6); e *Quodl.*, q. 6, n. 13 (ed. Alluntis, pp. 209-10).

¹² Duns Escoto, *Tractatus de primo principio*, c. 1, n. 4 (ed. Kluxen, p. 4): “Secundo modo prius dicitur, a quo aliquid dependet, et posterius, quod dependet. Huius prioris hanc intelligo rationem quam et Aristoteles 5º *Metaphysicae* testimonio Platonis ostendit: Prius secundum naturam et essentiam est quod contingit esse sine posteriori, non e converso”.

posterior tem com relação ao anterior, ou seja, que o efeito tem com respeito à sua causa. Feitas essas observações, Duns Escoto adiciona uma terceira descrição dessa ordem essencial de dependência, ao afirmar que, por ela, “todo posterior depende essencialmente por necessidade do anterior, não o converso; embora, por vezes, necessariamente o posterior se siga [ao anterior]”¹³.

Feita essa primeira divisão entre a ordem de eminência e a ordem de dependência, Duns Escoto se concentra unicamente nesta última, esclarecendo-a por uma segunda divisão. Isso é necessário, uma vez que os entes podem ser ordenados por dependência de duas maneiras. Um primeiro caso pode ser aquele no qual o dependente “é o causado e aquilo de que [ele] depende é sua causa”. Duns Escoto considera esse caso o mais patente e, talvez por isso mesmo, ele seja inicialmente deixado de lado. De fato, mais premente é o estudo do segundo caso, no qual “o dependente é o causado mais remoto de uma causa e aquilo de que ele depende é o causado mais próximo dessa mesma causa”¹⁴; diferentemente do primeiro, este segundo membro da divisão é tido como bem difícil por Duns Escoto, pelo que ele será cuidadosamente estudado. De início, o enunciado desse segundo caso é simplesmente reelaborado:

“Se houver dois efeitos de uma mesma causa, dos quais um é anterior e, por natureza, mais imediatamente causado por aquela causa, enquanto um outro não o é senão já havendo sido causado aquele mais imediato, digo que aquele outro é um causado posterior com respeito à mesma causa e [que] o mais imediato é o causado anterior”¹⁵.

Assim, digamos que haja três entes A, B e C; e seja A a causa tanto de B, como de C, mas com uma diferença: B é causado mais imediatamente por A do que C, que é causado menos imediatamente. Nesse caso, não só B e C dependem de A como dois efeitos de uma causa, mas C depende também de B, pois este último é o efeito mais imediato da mesma causa que efetua C posteriormente. Isso quer dizer que C, enquanto efeito posterior de A, depende de B, enquanto efeito anterior de A, ainda que não haja uma relação de causalidade diretamente entre B e C. Ou seja, essa segunda ordem de dependência não é da ‘causa ao causado’ (*causae ad causatum*) como a primeira ordem de dependência, mas ‘de um causado a outro causado’ (*causati ad causatum*)¹⁶.

Tendo fornecido essa descrição inicial da ordem de dependência ‘de um causado a outro causado’, Duns Escoto a complexifica por uma terceira divisão da ordem essencial dos entes. Essa divisão, por sua vez, possui dois membros. No primeiro, é apontado um novo elemento na discussão sobre a ordem de dependência ‘de um causado a outro causado’. Esse elemento é a distinção entre causa remota (*causa remota*) e causa próxima (*causa proxima*). Se retomarmos o nosso exemplo dos três entes – A, B e C – e adicionarmos mais um elemento D, que seja efeito imediato de C, devemos dizer que B e C são efeitos imediatos de A, porém B é mais imediato do que C, como vimos. No entanto, D é efeito imediato de C que, por sua vez, é efeito imediato de A. Nessa situação, podemos igualmente dizer que A é causa próxima de B e C, mas é causa remota de D. C, por sua vez, é a causa próxima deste último. O problema posto pelo segundo membro dessa mesma divisão é a dificuldade de determinar, nessa complexa relação entre causas próximas e remotas, que entes são essencialmente posteriores ou anteriores. Nessa ordenação, A será anterior a B (seu causado próximo mais imediato), C (seu causado próximo menos imediato) e D (seu causado remoto por meio de C). Dentre os efeitos, B será anterior a C e a D, por ser um efeito mais imediato de A do que ambos. C será posterior a B, por ser o efeito menos imediato de A, porém será anterior a D, por ser sua causa. E, assim, D será posterior a B e a C, pois é efeito de C e este último é, por sua vez, posterior ao próprio B¹⁷. Enfim, a

¹³ Duns Escoto, *Tractatus de primo principio*, c. 1, n. 4 (ed. Kluxen, p. 4): “[...] omne posterius essentialiter a priore necessario dependere, non e converso, licet quandoque necessario posterius consequatur”. Toda essa discussão sobre causalidade necessária pode ser lida nesse mesmo n. 4.

¹⁴ Duns Escoto, *Tractatus de primo principio*, c. 1, n. 5 (ed. Kluxen, p. 4): “[...] dependens aut est causatum et illud a quo dependet est eius causa; aut dependens est causatum remotius alicuius causae et illud a quo dependet est causatum propinquius eiusdem causae”.

¹⁵ Duns Escoto, *Tractatus de primo principio*, c. 1, n. 5 (ed. Kluxen, p. 6): “Si eiusdem causae sint duo effectus, quorum unus prius et immediatius natus est causari ab illa causa, alius autem non nisi illo immediatiore iam causato, dico illum alium esse posterius causatum respectu eiusdem causae et immediatiorem esse prius causatum”.

¹⁶ Ver texto na nota 20, adiante. Sobre a diferença entre essas duas ordens de dependência e sobre a causalidade em geral na filosofia de Duns Escoto, cf. KING, “Metaphysics”, pp. 38-42.

¹⁷ Duns Escoto, *Tractatus de primo principio*, c. 1, n. 6 (ed. Kluxen, pp. 6-8).

partir dessa terceira divisão se torna possível expressar a ordenação por dependência até mesmo de entes que, não se relacionando diretamente como causa e efeito, se relacionam por serem efeitos ordenados de uma mesma causa – e, como se nota, essa ordenação pode facilmente atingir proporções razoavelmente complexas e extensas.

Essa última observação conclui o estudo da ordenação de dependência ‘de um causado a outro causado’. Isso nos habilita a voltar, na quarta e última divisão da ordem essencial, à consideração da ordem de dependência ‘da causa ao causado’, que Duns Escoto havia momentaneamente deixado de lado. Ora, a divisão das causas em quatro introduzida aqui é aquela conhecida: a causa final, a eficiente, a material e a formal. A essas quatro causas anteriores na ordem de dependência correspondem, certamente, quatro dependentes ordenados, nomeadamente: aquilo que é ordenado a um fim ou o finito (*finitum*), o efeito ou o efetuado (*effectum*), o causado a partir da matéria ou materializado (*materiatum*) e o causado pela forma ou formado (*formatum*)¹⁸. Pois bem, se a ordem de eminência dizia respeito ao terceiro modo dos relativos enumerado nas Questões sobre a Metafísica, essa ordem de dependência e causalidade remete claramente ao segundo modo dos relativos que encontramos nessas mesmas Questões, o qual inclui as relações de atividade e passividade e, portanto, aquelas relações entretidas pela causa e o causado, que redundam naquelas relações que há entre os próprios causados. Segundo Duns Escoto, assim como a ordem de eminência (o terceiro modo dos relativos) se fundava na perfeição essencial dos entes, essa ordem de dependência (o segundo modo dos relativos) se funda em coisas do gênero da ação e da paixão ou, ainda, nos vários princípios ativos e passivos que há nos vários gêneros¹⁹. Em outras palavras, é pelos seus princípios ativos e passivos, respectivamente, que as coisas se relacionam como causa e causado. Isso quer dizer, igualmente, que uma relação ‘da causa ao causado’ pode se fundar em qualquer ente que possua um princípio ativo ou passivo – e esse é, de fato, o caso de todo e cada ente. Destarte, tal como ocorria na ordem de eminência, a ordem de dependência também nos dá uma ordenação do todo do universo. A diferença entre elas está no fato de que a primeira nos mostra a ordenação do universo que se funda na perfeição de cada ente e a segunda nos mostra o universo ordenado pelos princípios ativo e passivo de cada coisa.

Com isso, podemos notar o quão engenhosa e econômica é a descrição do universo fornecida por Duns Escoto nessas poucas páginas iniciais do seu Tratado. Para tanto, não é necessário mais do que citar o resumo que ele próprio nos fornece ao fim do primeiro capítulo de sua obra:

“Reúno sumariamente o fruto deste capítulo. A ordem essencial se esgota em seis ordens divisoras, a saber, pelas quatro ordens da causa ao causado, por uma do causado ao causado (compreendendo aqui, sob o mesmo, os dois membros da terceira divisão) e por uma ordem do eminente ao excedido”²⁰.

Com efeito, por essas seis ordens, Duns Escoto apresenta a sua breve exposição de toda a ordenação do universo. O que se segue no Tratado não são senão consequências dessa exposição inicial, as quais culminam na almejada prova da existência de Deus e no estudo das perfeições desse ente primeiro. Não será nosso intento, entretanto, seguir esse caminho. De fato, tendo visto o que é a relação de causalidade fundada nos princípios ativos e passivos de cada ente, podemos agora nos voltar para um estudo daqueles casos nos quais vários entes interagem para a produção de um outro ente como seu efeito único. Dentre esses casos, veremos primeiro aquele considerado pela chamada ‘doutrina da causalidade concorrente’.

¹⁸ Duns Escoto, *Tractatus de primo principio*, c. 1, n. 7 (ed. Kluxen, p. 8). Restaria ver como é possível também apontar uma ordenação essencial dessas quatro causas entre si quando elas causam, juntamente, um mesmo ente. Esse é um dos trabalhos que Duns Escoto se propõe no capítulo 2 do seu Tratado, porém não será aqui o lugar de estudar a solução que lhe é dada.

¹⁹ Cf. Duns Escoto, *Qq. in Metaph.* V, q. 12-14, nn. 87-91 e 98 (ed. SBU, vol. 3, pp. 635-8).

²⁰ Duns Escoto, *Tractatus de primo principio*, c. 1, n. 8 (ed. Kluxen, p. 8): “*Huius capituli fructum summatim colligo: Ordo essentialis per sex ordines dividentes evacuatur, videlicet per quatuor ordines causae ad causatum, et per unum causati ad causatum comprehendendo hic sub eodem duo membra tertiae divisionis, et per unum eminentis ad excessum*”.

III. A causalidade concorrente

Dizíamos mais acima que, segundo Muralt, um dos elementos mais relevantes da doutrina da causalidade de Duns Escoto é a noção, desenvolvida por este último, de causalidade concorrente – para ela nos voltaremos agora. Pois bem, como vimos ainda no início, Duns Escoto produziu três versões dos seus comentários às Sentenças. Dessas três versões, os três textos mais interessantes para o estudo da doutrina da causalidade concorrente encontram-se nos dois primeiros livros da *Lectura* e no primeiro livro da *Ordinatio*²¹. É curioso, entretanto, o fato de que esses textos não são exatamente uma discussão metafísica ou física acerca da noção de causalidade, mas são principalmente discussões sobre o intelecto e a vontade humanos²². Sendo assim, a discussão sobre a doutrina da causalidade aí desenvolvida por Duns Escoto não tem outro objetivo senão a resolução de problemas relacionados à pesquisa sobre a alma humana e, em especial, às relações de causa e efeito entretidas [i] pelo objeto de conhecimento intelectual e o próprio intelecto na produção do conhecimento intelectual (Lec. I, d. 3, p. 3, q. 1-2 e Ord. I, d. 3, p. 3, q. 2) e [ii] pelo objeto de volição, o intelecto e a vontade na produção do ato de vontade (Lec. I, d. 25, q. Un.). Como se pode antever, a resposta à discussão sobre esses dois temas será apontar como cada um desses elementos envolvidos na produção – seja do ato de intelecção, seja do ato de volição – é causa concorrente, junto aos demais elementos, do ato produzido ao final. Essas respostas, no entanto, não serão nosso objeto de estudo. O que pretendemos aqui é destacar os pequenos trechos dessa obra em que se descreve a noção de causa concorrente para compreender como essa noção, por si só, é desenvolvida pelo Doutor Sutil.

Em linhas gerais, a ‘doutrina da causalidade concorrente’ busca explicar como podem várias causas concorrer juntamente para causar um único efeito, de tal maneira que elas sejam causas parciais distintas uma com respeito à outra, mas ajam como uma única causa total com respeito a seu efeito. Os três estudos das causas concorrentes feitos por Duns Escoto para que nos voltamos aqui possuem, basicamente, o mesmo teor: são sempre distinguidas as várias maneiras pelas quais é possível que duas causas concorram para um único efeito, sendo, em seguida, fornecidos exemplos para cada caso apresentado. Brevemente, o desafio de Duns Escoto aqui é, então, mostrar de que maneiras duas causas parciais podem concorrer como uma só causa total para produzir um único efeito. Dito isso, para compreendermos como o Doutor Sutil desenvolve a noção de causalidade concorrente, devemos nos voltar agora para aqueles três textos a que já nos referimos, estudando-os paralelamente, ao que somos convidados pelas próprias semelhanças que eles possuem entre si, como acabamos de notar.

Duns Escoto inicia o trecho acerca da causalidade concorrente na *Ordinatio* afirmando que, a seguir, irá distinguir (distinguo) “acerca das muitas causas concorrentes para um mesmo efeito”²³. De fato, como ademais já foi dito, a apresentação da noção de causalidade concorrente será não só na *Ordinatio*, mas também nos dois trechos em que a estudaremos na *Lectura*, uma tentativa de distinguir os diversos casos em que causas parciais concorrem para um mesmo efeito. Sendo assim, a primeira distinção feita é aquela entre [1] as causas ‘que concorrem igualmente’ (ex aequo) e [2] as causas que concorrem ‘não-igualmente, mas possuindo uma ordem essencial’ (non ex aequo, sed habentes ordinem essentialem). Nessa divisão, está claro desde já que ‘igualmente’ sem opõe a ‘possuindo uma ordem essencial’. Dessa maneira, se nos concentrarmos somente no primeiro membro da divisão [1], podemos logo afirmar que as causas concorrentes no primeiro modo não são ordenadas essencialmente entre si. Isso quer dizer que elas não são, a bem dizer, ambas necessárias por si para a produção do efeito; pelo contrário, elas estão concorrendo somente por acidente (per accidens), pois uma só delas poderia produzir o efeito sem a outra. O exemplo que Duns Escoto nos fornece das causas correntes nesse primeiro modo são duas pessoas impulsionando um mesmo corpo ou, ainda, um barco. De fato,

²¹ Mais precisamente, Lec. I, d. 3, p. 3, q. 2-3, nn. 366-7 (ed. Vaticana, vol. 16, pp. 367-8); II, d. 25, q. un., nn. 71-3 (ed. Vaticana, vol. 19, pp. 253-4); e Ord. I, d. 3, p. 3, q. 2, nn. 495-6 (ed. Vaticana, vol. 3, pp. 293-4).

²² O estudo dos atos do intelecto e da vontade na alma humana são, aliás, apontados pelo próprio Muralt como um dos campos em que a discussão sobre a causalidade concorrente se mostrou mais frutífera (ver nota 3, acima).

²³ Duns Escoto, Ord. I, d. 3, p. 3, q. 2, n. 496 (ed. Vaticana, vol. 3, p. 293): “[...] distinguo de pluribus causis concurrentibus ad eundem effectum”.

duas pessoas que empurram um corpo estão concorrendo por acidente para esse mesmo efeito, pois uma só dessas pessoas poderia igualmente fazê-lo se tivesse toda a força necessária para tanto²⁴ (o que, pressupõe-se, não é contraditório com respeito à natureza humana).

Já o caso do segundo membro da distinção [2] – a saber, das causas concorrentes não-igualmente, mas possuindo uma ordem essencial – já é mais complexo. Uma primeira característica dessas causas concorrentes é que nelas a concorrência é por si (per se) e não por acidente e isso significa que uma não poderia ter a virtude para suprir a ausência da outra na produção do efeito, mas, pelo contrário, ambas são necessárias na produção do efeito, de tal maneira que a ação de uma causa parcial para a atualização daquele efeito pressupõe a ação da outra causa parcial²⁵. O exemplo que Duns Escoto fornece dessas causas concorrentes essencialmente ordenadas são “o Sol e o pai na produção do homem, pois o homem é gerado pelo homem e pelo Sol”²⁶. No entanto, esse exemplo pouco esclarece a doutrina defendida aqui, pois resta ainda mais uma distinção a ser feita, já que esse segundo caso de concorrência entre causas pode ser subdividido em mais dois. Somente após uma consideração desses dois, poderemos mais claramente compreender o que é essa ordem essencial de que se fala aqui.

Uma primeira subdivisão [2.1] diz respeito aos casos em que, dadas duas causas concorrentes essencialmente ordenadas para um mesmo efeito, “a superior move a inferior, tal que a inferior não aja senão porque foi movida pela superior”²⁷. É interessante notar que essa primeira subdivisão passa por uma complexificação entre os textos da *Lectura* e aquele, um pouco mais tardio, da *Ordinatio*, pois naqueles primeiros ela surge como um caso simples de causalidade concorrente, enquanto que na *Ordinatio* ela própria é, por sua vez, subdividida em dois casos. Assim, na *Lectura*, Duns Escoto afirma que as causas ordenadas essencialmente dessa primeira subdivisão:

São essencialmente ordenadas, pois a causa superior move a inferior e a inferior não possui a causalidade com respeito ao efeito senão pela causa superior, já que não move senão porque é movida pela causa superior, tal como se opera a causalidade do movimento do bastão com respeito à mão; e, quando é assim, há todo o movimento virtualmente na primeira causa, que é superior²⁸.

Como se vê, nesse caso de causas essencialmente ordenadas, a ordenação essencial resulta na caracterização de uma causa como superior à outra, que lhe é inferior (algo semelhante, aliás, ao que já vimos sobre a ordem essencial no Tratado sobre o primeiro princípio). Mais importante, porém, é notar que essa ordenação essencial se deriva do fato de que, aqui, uma causa (a superior) move a outra (a inferior) para o efeito único de ambas. E isso ocorre de tal maneira que a inferior não poderia agir para o efeito, senão movida pela causa superior. Mais do que isso, toda a virtude para ação se deriva da causa superior que doa tal virtude para a causa inferior. Ou seja, aqui na *Lectura*, surgem indistintos a doação de movimento da causa superior para a inferior e a doação da causa superior para a inferior da própria virtude para causar o efeito. Doar o movimento para a causa inferior é o mesmo que lhe doar a virtude de causar algo. Assim, havendo essas duas causas concorrentes ordenadas essencialmente desse modo, “um toma do outro a virtude efetiva de causar, tal como o corpo celeste e um agente particular qualquer (como um elemento ou algo misto) com respeito ao ato de causar”²⁹. Os dois exemplos dessa causalidade concorrente que Duns Escoto fornece são bem esclarecedores. No primeiro, está claro que o bastão não se moveria (e, portanto, não receberia a virtude de se mover) se

²⁴ Duns Escoto, *Lec. I, d. 3, p. 3, q. 1-2, n. 366* (ed. Vaticana, vol. 16, p. 367), d. 25, q. un., n. 71 (ed. Vaticana, vol. 19, p. 253) e *Ord. I, d. 3, p. 3, q. 2, n. 496* (ed. Vaticana, vol. 3, p. 293).

²⁵ Duns Escoto, *Ord. I, d. 3, p. 3, q. 2, n. 496* (ed. Vaticana, vol. 3, p. 293).

²⁶ Duns Escoto, *Lec. I, d. 3, p. 3, q. 1-2, n. 366* (ed. Vaticana, vol. 16, p. 367): “[...] ut sol et pater ad productionem hominis, quia homo generatur ab homine et a sole [...]”.

²⁷ Duns Escoto, *Ord. I, d. 3, p. 3, q. 2, n. 496* (ed. Vaticana, vol. 3, p. 293): “[...] sic quod superior moveat inferiorem, ita quod inferior non agit nisi quia mota ex superiore [...]”.

²⁸ Duns Escoto, *Lec. I, d. 3, p. 3, q. 1-2, n. 367* (ed. Vaticana, vol. 16, p. 368): “[...] causae concurrentes ordine quodam ad unum effectum producendum aut sic sunt essentialiter ordinatae quod causa superior movet inferiorem, nec inferior habet causalitatem respectu effectus producendi nisi a superiore causa, eo quod non movet nisi quia movetur a causa superiore, sicut operatur causalitas motionis baculi respectu manus; et quando sic est, tunc tota motio virtualiter est in prima causa, quae est superior”.

²⁹ Duns Escoto, *Lec. I, d. 25, q. un., n. 72* (ed. Vaticana, vol. 19, p. 254): “Alio modo, aliquando multa concurrunt ad unum effectum causandum, ita quod unum ab alio capit virtutem effectivam causandi, sicut corpus caeleste et agens particulare aliquod (ut elementum vel aliquod mixtum) respectu actus causandi”.

não fosse movido pela mão que o segura; da mesma maneira, nenhum dos elementos (ou nenhum dos corpos resultantes da mistura dos elementos) no mundo sublunar se moveria sem o movimento dos corpos celestes, que não só os movem, mas lhes dão a virtude para se moverem.

Entretanto, essa mesma subdivisão da causalidade concorrente essencialmente ordenada [2.1] é apresentada de maneira mais complexa na *Ordinatio*, pois se afirma que ela mesma pode, de fato, ser subdividida em outros dois casos, já que agora o Doutor Sutil considera ser possível distinguir a doação de movimento e a doação da virtude para causar um efeito. Assim, dentre ‘as causas concorrentes ordenadas essencialmente em que a inferior só se move ao ser movida pela superior’, deve-se distinguir: os casos [2.1.1] em que “tal causa inferior possui pela superior aquela virtude ou forma pela qual move”; e os casos [2.1.2] em que a causa inferior possui “a forma por outro e pela causa superior [possui] somente o movimento atual para produzir o efeito”³⁰. Curiosamente, Duns Escoto fornece um exemplo somente para o primeiro caso, a saber, novamente a referência à mão que segura o bastão e o movimenta. O segundo caso, entretanto, permanece sem maiores explicações. De qualquer maneira, é interessante notar como o Doutor Sutil parte de uma posição segundo a qual a doação de movimento da causa superior para a inferior é o mesmo que a doação da virtude para causar um efeito (na *Lectura*). Mas passa a defender, em seguida (na *Ordinatio*), que é possível que a causa superior doe somente o movimento sem que, para tanto, deva doar igualmente a virtude ou a forma pela qual a causa inferior produz o efeito conjunto. Essa distinção, no entanto, não parece ganhar contornos mais precisos.

Com isso, chegamos à segunda subdivisão [2.2], onde encontramos as causas concorrentes essencialmente ordenadas nas quais “a superior não move a inferior, nem dá a ela a virtude pela qual move, mas a superior, de si mesma [de se], possui uma virtude de agir mais perfeita e a inferior possui uma virtude de agir mais imperfeita”³¹. Como se vê, nesse caso também, o que resulta da ordenação essencial das causas concorrentes é a distinção entre uma causa superior e outra inferior, porém essa distinção não se deriva agora da doação, de uma causa para a outra, do movimento ou da virtude para agir. Aqui, a ordenação essencial entre a causa superior e a inferior provém do fato de que uma das causas (a superior) possui uma virtude mais perfeita para agir com respeito ao efeito conjunto de ambas, enquanto que a outra causa (a inferior) possui uma virtude menos perfeita para agir com respeito a esse mesmo efeito. Em outras palavras, nesse caso, ambas as causas concorrentes possuem suas próprias causalidades com respeito àquele único efeito por elas produzido, isto é, uma não dá a causalidade à outra – a superior não é superior por doar causalidade à inferior, pois esta última também possui sua causalidade própria com respeito ao efeito conjunto das duas. Ainda assim, no entanto, uma possui uma causalidade mais perfeita com respeito ao efeito e outra uma causalidade menos perfeita. Igualmente, o efeito decorrente delas será dependente de ambas, mas não da mesma maneira, pois ele será mais perfeitamente produzido pela causa mais perfeita, de maneira a depender dela mais perfeitamente do que daquela causa inferior pela qual ele foi produzido mais imperfeitamente e da qual ele depende, conseqüentemente, mais imperfeitamente³². Os exemplos que Duns Escoto fornece desse último caso de causalidade concorrente são três. O pai e mãe com respeito à produção do feto, uma vez que o pai é uma causa mais principal da produção do feto do que a mãe, já que, se considerarmos que esta última age na geração da prole, ela o faz mais principalmente para ministrar a matéria, enquanto aquele age mais principalmente para ministrar a forma³³; o aparo e a pena com respeito ao escrever (um exemplo que, a meu ver, é um tanto obscuro); e o homem e a mulher com respeito ao regime da casa (outro exemplo que mereceria maiores esclarecimentos)³⁴. Um último exemplo que pode nos auxiliar a compreender esse caso de causalidade concorrente essencialmente ordenada é aquele do Sol, que já vimos mais acima. De fato, o Sol, na geração dos

³⁰ Duns Escoto, *Ord. I*, d. 3, p. 3, q. 2, n. 496 (ed. Vaticana, vol. 3, p. 293): “[...] quandoque causa talis inferior habet a superiore virtutem illam seu formam qua movet, quandoque non, sed formam ab alio, et a causa superiore solam motionem actualem, ad producendum effectum [...]”.

³¹ Duns Escoto, *Ord. I*, d. 3, p. 3, q. 2, n. 496 (ed. Vaticana, vol. 3, p. 293): “[...] quandoque autem superior non movet inferiorem, nec dat ei virtutem qua movet, sed superior de se habet virtutem imperfeciorem agendi”.

³² Duns Escoto, *Lec. I*, d. 3, p. 3, q. 1-2, n. 367 (ed. Vaticana, vol. 16, p. 367-8), d. 25, q. un., n. 73 (ed. Vaticana, vol. 19, p. 254) e *Ord. I*, d. 3, p. 3, q. 2, n. 496 (ed. Vaticana, vol. 3, p. 293-4).

³³ Sobre isso, cf. Duns Escoto, *Op. ox. III*, d. 4, q. 1 (ed. Wadding, vol. 7.1, pp. 105-17).

³⁴ Duns Escoto, *Lec. I*, d. 3, p. 3, q. 1-2, n. 367 (ed. Vaticana, vol. 16, p. 368), d. 25, q. un., n. 73 (ed. Vaticana, vol. 19, p. 254) e *Ord. I*, d. 3, p. 3, q. 2, n. 496 (ed. Vaticana, vol. 3, p. 294).

particulares, age como causa superior parcial junto com os engendadores sublunares, que são causas parciais inferiores daquilo que geram. Isso porque o Sol é um agente mais indeterminado na ação para causar seus efeitos (isto é, age para causar mais efeitos) do que os engendadores particulares. Assim, quando o Sol age junto com uma semente de maçã para gerar uma macieira, o Sol é o agente principal mais indeterminado (pois ele poderia gerar, igualmente, uma laranjeira, um boi e assim por diante) e a semente de maçã é o agente inferior mais determinado, pois ela determina a ação do Sol para a geração da macieira. Ou seja, um dos fatores que aponta a superioridade de uma causa concorrente essencialmente ordenada com respeito à outra, nesse último caso em que não há doação de causalidade ou movimento entre as causas concorrentes, é a indeterminação da ação dessa causa: quanto mais indeterminada mais perfeita e, portanto, mais superior é a causa na produção do efeito³⁵.

Enfim, com a descrição desse último caso de concorrência causal, o Doutor Sutil conclui a sua exposição daquilo que chamamos aqui de ‘doutrina da causalidade concorrente’. Como vimos, a distinção dos modos de concorrência causal chegam a abranger, na sua versão mais complexa (encontrada na *Ordinatio*), quatro subdivisões: uma das causas concorrentes igualmente por acidente e três das causas concorrentes essencialmente ordenadas por si. Visto esse caso no qual entes distintos concorrem como uma causa única para a efetuação de um terceiro ente como efeito único, podemos nos voltar agora para um caso distinto no qual também podem ser necessários dois entes para que se siga um efeito, porém de maneira diferente da que vimos acima. Neste segundo caso (e último) que estudaremos, um ente pode ser causa de um efeito sobre si mesmo, embora por vezes ainda necessite de outro ente somente uma condição *sine qua non* da sua atividade.

IV. A causalidade sobre si mesmo e as condições *sine quibus non*

O estudo da causalidade sobre si mesmo é um dos elementos mais marcantes da discussão sobre a relação de causa e efeito na escolástica dos séculos XIII e XIV. Para ser preciso, essa discussão era posta pelos autores do período nos termos de um questionamento sobre a afirmação ou negação da validade do princípio “tudo o que se move é movido por outro” (*omne quod movetur ab alio movetur*). Em poucas palavras, a discussão sobre esse princípio abria espaço para dois possíveis posicionamentos. Por um lado, [i] se poderia afirmar que o princípio é válido e, portanto, tudo o que é movido é movido por outro realmente distinto, de maneira que em qualquer relação de causa e efeito o primeiro elemento da relação deve ser realmente distinto do segundo. Por outro, [ii] era possível igualmente defender que o princípio não é válido (pelo menos, não sempre), de maneira que em alguns casos um ente pode agir em si mesmo – isto é, causando um efeito sobre si mesmo – sem que, para tanto, o movido (o efeito) seja realmente distinto daquele que move (a causa). Não será nosso objetivo abordar todos os meandros dessa discussão que se acirrou mais e mais na passagem do século XIII para o XIV e, muito menos, todas as nuances que cada uma das duas posições poderia receber ao ser adotada por seus vários defensores respectivos³⁶.

Voltando agora à consideração de Duns Escoto, podemos dizer, para sermos breves, que ele adota a segunda posição – ou seja, ele afirma que algo pode agir sobre si mesmo. Sendo assim, assim como ele possui uma doutrina da causalidade concorrente, podemos dizer que ele desenvolve uma doutrina da causalidade sobre si mesmo ou da ‘automodificação’ (*self-change*), como Peter King a denomina³⁷. E, embora essa noção de automodificação surja em diversos momentos da obra do Doutor Sutil, ela é mais conhecidamente utilizada para a explicação acerca da ação da vontade humana sobre si mesma em *Reportatio parisiensis II-A*³⁸. Como temos feito até aqui, não será nosso objetivo estudar

³⁵ Duns Escoto, *Ord. I*, d. 3, p. 3, q. 3, n. 559 (ed. Vaticana, vol. 3, p. 333).

³⁶ Para um estudo aprofundado dessa discussão nesse período, cf. WEISHEIPL, “The Principle *Omne quod movetur ab alio movetur* in Medieval Physics”. Como Roy Effler (John Duns Scotus on the Principle “*Omne quod movetur ab alio movetur*”, pp. 2-4) aponta, esse princípio é derivado da discussão de Aristóteles sobre o movimento em *Física VII*, c. 1-2 (241b24-245b2) e *VIII*, c. 4-7 (254b7-261b26). A essas passagens adicione-se *Física III*, c. 3 (202a13-b29) – cf. WEISHEIPL, “The Principle *Omne quod movetur ab alio movetur* in Medieval Physics”, pp. 27-8.

³⁷ Para uso da expressão por King, ver a nota a seguir.

³⁸ Sobre os diversos usos da noção de automodificação em Duns Escoto (e para o próprio uso da expressão *self-change*), cf. KING, “Duns Scotus on the reality of *self-change*” e “*Metaphysics*”, pp. 46-8. Um estudo mais

um ou outro uso dessa doutrina, mas ela própria, tal como podemos lê-la nos diversos textos de Duns Escoto em que ela surge. Assim, primeiro atentaremos para mais um trecho das Questões sobre a Metafísica, onde se descreve em geral como é possível que algo seja o princípio de um movimento em si mesmo; em seguida, iremos acrescentar alguns elementos que completarão essa descrição e são encontrados na, já citada, *Reportatio parisiensis II-A*.

Em Questões sobre a Metafísica IX, Duns Escoto afirma que algo pode ser movido por si mesmo e o enunciado de sua posição não poderia ser mais direto. De fato, tal como um agente está ativo não para um único, mas para qualquer passivo que lhe seja conveniente (algo que aquece pode aquecer qualquer coisa passível de ser aquecida), assim também qualquer passivo está em potência para receber a ação de qualquer ativo que lhe seja correspondente (qualquer coisa passível de ser aquecida pode sê-lo por qualquer coisa capaz de aquecer). Ora, daí se segue que, se uma coisa for suficientemente ativa para causar um efeito determinado ela o será com respeito a qualquer coisa passiva de receber esse efeito, mesmo que esta última seja ela própria. Ou, na formulação mais precisa de Duns Escoto:

É possível que algo seja ativo segundo a do mesmo modo pelo qual algo outro é ativo segundo a; [e que] o mesmo seja passivo segundo a tal como qualquer outro passivo é passivo segundo a. Portanto, aquilo, na razão de ativo, tem a si mesmo por objeto na razão de passivo tal como qualquer outro. Portanto, ele pode agir também em si, tal como em qualquer outro³⁹.

Uma primeira objeção apresentada a essa tese é que a ação do ativo sobre o passivo exige uma aproximação entre os dois, o que pressuporia uma diferença de lugar. A isso Duns Escoto responde que algo válido para coisas aproximadas, mas em locais diferentes, é ainda mais válido para coisas aproximadas por identidade, tal como é o caso do ativo e do passivo que são realmente idênticos – que são o mesmo –, como aquelas coisas que agem em si mesmas⁴⁰. Mais interessante para nós é a objeção segundo a qual seria contraditório que algo estivesse ativo e passivo com respeito ao mesmo – de fato, em última instância isso seria dizer que uma mesma coisa é e não é algo. Para responder a essa objeção, o Doutor Sutil complexifica aquela primeira descrição da automodificação pela adição de uma precisão: a afirmação da automodificação é válida no que diz respeito a ativos equívocos, porém jamais no que tange a ativos unívocos. Recorrendo à *Ordinatio*, vemos que, para Duns Escoto, um agente unívoco é aquele que “induz no passivo uma forma de mesma razão que aquela pela qual age”, enquanto que os agentes equívocos “não agem por formas de mesma razão que aquela para a qual age”⁴¹. Em outras palavras, um agente unívoco está ativo pela mesma forma que ele induz no passivo (como o fogo que, quente em ato, induz o calor em outro); o equívoco, pelo contrário, induz no passivo uma forma diferente daquela pela qual ele age. Pois bem, como era lido nas Questões sobre a Metafísica, a automodificação só é possível em agentes do segundo tipo, pois no primeiro caso a ação sobre si mesmo provocaria um círculo, pois algo seria causa de si próprio (no nosso exemplo, o fogo agiria pelo calor para causar o calor que há em si mesmo...), do que decorreria uma contradição (pois o fogo deveria estar ativo e passivo com respeito ao seu próprio calor).

Concentrando-nos, portanto, nos agentes equívocos, podemos recorrer ao exemplo fornecido pelo próprio Duns Escoto para explicar como algo pode agir sobre si mesmo. O seu exemplo é voltado para o fogo, mas para um outro aspecto seu, a saber, a sua leveza (*levitas*) – isto é, o fato de que ele naturalmente vai para cima e não para o centro do mundo, como as coisas pesadas (*graves*). Qualquer que seja o princípio ativo da leveza, o fogo o possui. Porém, esse princípio é anterior à própria leveza (ao próprio ato de ir para cima), pois é o princípio ativo desta última. Ou seja, esse princípio está no

extenso e aprofundado pode ser encontrado em EFFLER, John Duns Scotus on the Principle “*omne quod movetur ab alio movetur*”. Quanto à noção de vontade, é importante notar que a descrição da ação volitiva se modifica no decorrer da obra de Duns Escoto, principalmente quando comparamos *Lectura II*, d. 25 e a mais tardia *Reportatio parisiensis II-A*, d. 25 (cf. DUMONT, “Did Duns Scotus Change his Mind on the Will?”).

³⁹ Duns Escoto, Qq. in *Metaph.* IX, q. 14, n. 24 (ed. SBU, vol. 4, p. 631): “Sed possibilis est quod aliquid sit activum secundum a eodem modo quo aliquid aliud est activum secundum a; idem etiam sit passivum secundum a sicut quodcumque aliud passivum est passivum secundum a. Ergo illud in ratione activi ita habet se ipsum pro objecto in ratione passivi sicut quodcumque aliud; ergo ita potest in se agere, sicut in aliud”.

⁴⁰ Duns Escoto, Qq. in *Metaph.* IX, q. 14, nn. 27-9 (ed. SBU, vol. 4, p. 632-3).

⁴¹ Duns Escoto, *Ord.* I, d. 3, p. 3, q. 2, n. 513 (ed. Vaticana, vol. 3, p. 304): “[...] quando agens agit univoce, hoc est inducit in passum formam eiusdem rationis cum illa per quam agit [...]. In agentibus autem aequivoce, id est in illis agentibus quae non agunt per formam eiusdem rationis cum illa ad quam agunt [...]”.

fogo e não é a leveza, porém a provoca no próprio fogo. Isso é precisamente uma ação equívoca em si mesmo – como se vê, o fogo é simultaneamente o ‘levitador’ (levificativum) e o ‘levitável’ (levitativum). E isso só é possível porque o fogo, enquanto princípio de ‘ir para cima’ (de leveza) é simultâneo ao fogo enquanto algo passível de ir para cima, mas anterior ao próprio ato de ir para cima (de ser leve), que o fogo provoca em si mesmo. Em outras palavras, não há contradição na automodificação em ações equívocas porque o princípio ativo da ação sobre si mesmo é formalmente distinto do ato resultante, isto é, do termo produzido em si por aquela ação. Como Duns Escoto nos diz, “algo pode agir em si somente e universalmente quando estes dois concorrem, a saber: possuir uma forma que seja princípio de agir equivocadamente e, além disso, ser capaz [de receber] o termo daquela ação”⁴².

Nesse exemplo do fogo, está claro, não há a necessidade de recurso a qualquer outro ente que não o próprio fogo que causa em si equivocadamente a leveza. No entanto, há casos de automodificações nos quais os entes que agem sobre si exigem um segundo ente que seja não uma causa parcial (nos moldes que estudamos acima), mas apenas uma condição sine qua non. Isto é, esse ente não será uma causa do efeito produzido no outro ente, mas será ainda assim uma ocasião necessária para que aquele outro ente aja sobre si próprio. O estudo desse caso surge em *Reportatio parisiensis II-A*, quando Duns Escoto explica que, quando um efeito é posterior a outro efeito e nenhum dos dois possui a razão de causa para com o outro, o efeito posterior possui uma dependência com respeito à sua causa própria e ao efeito anterior como a um sine quo non⁴³.

Nessa descrição, retornamos a um caso que já havíamos visto no Tratado sobre o primeiro princípio, a saber, a ordenação que há entre diversos efeitos que não são causa um do outro. Mais uma vez, o efeito posterior não é causado pelo anterior, mas dele depende, já que é essencialmente posterior a ele. Em outras palavras, o efeito anterior não é causa do posterior, mas é ‘pré-exigido’ (praeexactum) por este último. Dessa maneira, ele é um sine quo non – ou, para usar uma expressão mais afeita à nossa língua – uma condição sine qua non, pois o efeito posterior não é causado por ele, mas dele depende e só pode ocorrer uma vez que aquele anterior já esteja em ato. O exemplo utilizado por Duns Escoto para descrever essa situação são os raios do Sol, pois o raio mais distante do Sol não pode ser feito sem que haja um raio mais próximo do Sol e, no entanto, o raio mais próximo não é causa daquele mais distante – ele é somente uma sua pré-exigência sine qua non –, já que todos os raios são diretamente causados pelo próprio Sol⁴⁴. No caso de um ente que move a si mesmo, pode ocorrer dele agir sobre si como causa total de seu efeito em si, porém só poder fazê-lo se houver aquele ato que lhe serve de condição sine qua non. Esse é o caso, por exemplo, da vontade, que move a si mesma como causa total da ação volitiva, porém só pode querer um certo objeto quando este último já está em ato no intelecto. Ou seja, a intelecção do objeto não é causa do ato volitivo, mas é uma sua condição sine qua non⁴⁵. Enfim, vemos que a noção de ‘condição sine qua non’ poderia ser utilizada para o estudo de diversas relações causais, porém Duns Escoto restringe seu uso à consideração da automodificação, isto é, das causas que agem equivocadamente sobre si mesmas. Isso, por si só, mereceria um estudo mais cuidadoso – não será este, no entanto, o lugar de levá-lo a cabo.

⁴² Duns Escoto, Qq. in *Metaph.* IX, q. 14, n. 31 (ed. SBU, vol. 4, p. 634): “Et ita tenendum est regulariter quod solum et universaliter tunc potest aliquid in se agere quando duo ista concurrunt: scilicet quod habet formam quae est principium agendi aequivoce, et quando cum hoc est capax termini talis actionis”. O exemplo sobre a leveza do fogo pode ser lido em Duns Escoto, Qq. in *Metaph.* IX, q. 14, n. 26 (ed. SBU, vol. 4, p. 632).

⁴³ Duns Escoto, Rep. par. II-A, d. 25, q. un. n. 16 (ed. Wadding, vol. 11.1, p. 370): “Dico igitur quod quando unus effectus est posterior alio effectui, et neuter habet rationem causae respectu alterius, posterior effectus habet dependentiam ad causam propriam, et ad effectum priorem, tamquam ad sine quo non”.

⁴⁴ Duns Escoto, Rep. par. II-A, d. 25, q. un. n. 16 (ed. Wadding, vol. 11.1, p. 370).

⁴⁵ Duns Escoto, Rep. par. II-A, d. 25, q. un. n. 15 (ed. Wadding, vol. 11.1, p. 370). Sobre a noção de vontade, ver acima a nota 38.

Conclusão

Como vemos, tanto a doutrina da causalidade concorrente como a noção de automodificação permitem uma exposição muito detalhada e minuciosa da maneira como diferentes entes interagem para a produção de efeitos (seja como causas totais destes últimos, como causas parciais ou, ainda, como meras condições *sine quibus non*). Pela consideração desses dois casos de causalidade, acredito que se completa aquele estudo inicial que fizemos sobre a própria noção metafísica de causalidade em geral. Mais do que isso, esses dois casos mostram a tamanha complexidade que pode atingir a tentativa de descrever a ordenação das coisas no universo em termos de relações de causalidade. Com efeito, não basta apontar séries simples de causa e efeito para descrever o mundo, mas é ainda necessário apontar as intrincadas relações entretidas pelas causas parciais entre si e, além disso, aquelas relações que certas causas possuem com a condição *sine qua non* de suas ações sobre si mesmas. A vantagem de se produzir uma descrição tão minuciosa do mundo em termos de causalidade é que, como notamos no início, uma consequência direta da descrição de uma ordenação causal entre os entes é a afirmação da necessidade de um primeiro princípio, causa de tudo o que há, qual seja o próprio Deus. Em outras palavras, a atenção e minúcia dispensada por Duns Escoto à noção de causalidade é compreensível: ela é a base mesma da sua concepção de universo e, principalmente, ela é fundamento pelo qual podemos chegar até um conhecimento de Deus como causa de tudo o que há⁴⁶.

⁴⁶ Um complemento ao presente estudo seria a consideração da noção de causalidade enquanto relação no que diz respeito às temáticas da física de Duns Escoto – sobre isso, cf. CROSS, *The Physics of Duns Scotus*, pp. 94-115. Poder-se-ia também acrescentar um estudo da noção de relação em termos de categoria ou predicamento generalíssimo, tal como se lê em Duns Escoto, *Questões sobre as Categorias*, qq. 25-9 (ed. SBU, vol. 1, pp. 423-

Bibliografia

- ARISTOTELIS. *Omnia quae extant opera (...)*. 12 vols. Venetiis: Apud Iunctas, 1562² (11 vols. Venetiis: Apud Iunctas, 1550-2)
- _____. *Categoriae vel Praedicamenta*. Translatio Boethii, Editio composita, Translatio Guillelmi de Moerbeka, Lemmata e Simplicii commentario decerpta, Pseudo-Augustini Paraphrasis Themistianae. Ed. L. Minio-Paluello. Bruges / Paris: Desclée de Brouwer, 1961 (Aristoteles Latinus I, 1-5).
- _____. *Metaphysica*, lib. I-XIV. Recensio et translatio Guillelmi de Moerbeka. 2 vols. Ed. G. Vuillemin-Diem. Leiden: E. J. Brill, 1976 (Aristoteles Latinus XXV, 3).
- _____. *Physica*. Translatio Vetus. Ed. F. Bossier et J. Brahms. Translatio Vaticana. Ed. A. Mansion. 2 vols. Leiden / New York: E. J. Brill, 1990 (Aristoteles Latinus VII, 1-2).
- CROSS, R. *The Physics of Duns Scotus. The Scientific Context of a Theological Vision*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- DUMONT, S. D. "Did Duns Scotus Change his Mind on the Will?". In: AERTSEN, J. A., EMERY Jr., K., SPEER, A. (Hrsg.). *Nach der Verurteilung von 1277*. Berlin / New York: De Gruyter, 2001, pp. 719-94.
- EFFLER, R. R. *John Duns Scotus on the Principle "omne quod movetur ab alio movetur"*. St. Bonaventure / Louvain / Paderborn: The Franciscan Institute / E. Nauwelaerts / F. Schöningh, 1962.
- GILSON, É. *Jean Duns Scot. Introduction à ses positions fondamentales*. Paris: Vrin, 2005² (1952).
- HARRIS, C. R. S. *Duns Scotus*. 2 vols. New York: The Humanities Press, 1959² (Oxford: Oxford University Press, 1927).
- IOANNIS DUNS SCOTI. *Opera omnia*. Studio et cura Commissionis Scotisticae. Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1950 -.
- _____. *Opera omnia*. Ed. L. Wadding. *Sumptibus Laurentii Durant*, Lyon, 1639. Reedição em 12 vols. Hildesheim: Georg Olms, 1968.
- _____. *Opera philosophica*. Ed. St. Bonaventure University (SBU). 5 vols. St. Bonaventure: The Franciscan Institute, 1997 - 2006.
- JEAN DUNS SCOT. *Traité du premier principe. Tractatus de primo principio*. Texte latin établi par W. Kluxen. Trad. par J.-D. Cavigioli, J.-M. Meilland et F.-X. Putallaz sous la direction de R. Imbach, avec une introd. de F.-X. Putallaz. Paris: Vrin, 2001.
- JOHANNES DUNS SCOTUS. *Abhandlung über das erste Prinzip*. Hrsg. und übersetzt von W. Kluxen. Darmstadt: WBG, 2009.
- JOHN DUNS SCOTUS. *The Examined Report of the Paris Lecture: Reportatio I-A*. Ed. and trans. by A. B. W. and O. V. Bychkov. 2 vols. St. Bonaventure: The Franciscan Institute, 2004-8.
- JUAN DUNS ESCOTO. *Obras del Doctor Sutil Juan Duns Escoto: Cuestiones Cuodlibetales*. Introd., resúmenes y versión de F. Alluntis. Madrid: Editorial Católica, 1968.
- KING, P. "Duns Scotus on the reality of self-change". In: GILL, M. L., LENNOX, J. G. (eds.). *Self-Motion: From Aristotle to Newton*. Princeton: Princeton University Press, 1994, pp. 227-90.
- _____. "Metaphysics". In: WILLIAMS, T. (ed.). *The Cambridge Companion to Duns Scotus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 15-68.
- KLUXEN, W. "Kommentar". In: JOHANNES DUNS SCOTUS, *Abhandlung über das erste Prinzip*, pp. 135-257.
- MAURITII DE PORTU. "Annotationes in Ioannis Duns Scoti De primo rerum omnium principio". In: IOANNIS DUNS SCOTI. *Opera omnia*. Vol. 3, 1639, *passim*.
- MURALT, A. de. *L'enjeu de la philosophie médiévale. Études thomistes, scotistes, occamiennes et grégoriennes*. Leiden / New York / Köln: E. J. Brill, 1993, pp. 32-6.

71). Sobre a interpretação das Categorias fornecida pelo Doutor Sutil, cf. PINI, *Categories and Logic in Duns Scotus*, pp. 99-201.

- PINI, G. *Categories and Logic in Duns Scotus. An Interpretation of Aristotle's Categories in the Late Thirteenth Century*. Leiden / Boston / Köln: Brill, 2002.
- PUTALLAZ, F. X. "Introduction". In: JEAN DUNS SCOT. *Traité du premier principe*, pp. 9-70.
- MURALT, A. de. *L'enjeu de la philosophie médiévale*. Leiden / New York / Köln: E. J. Brill, 1993, pp. 32-6.
- SHEPPARD, J. A. "Vita Scoti". *Franciscan Studies* 60 (2002), pp. 291-323.
- WEISHEIPL, J. A. "The Principle Omne quod movetur ab alio movetur in Medieval Physics". *Isis* 56, 1 (1965), pp. 26-45.
- WILLIAMS, T. "Introduction. The Life and Works of Duns Scotus". In: _____ (ed.). *The Cambridge Companion to Duns Scotus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 1-14.
- WOLTER, A. B. *The Transcendentals and Their Function in the Metaphysics of Duns Scotus*. St. Bonaventure: The Franciscan Studies, 1946.
- _____. "Reflections about Scotus's early works". In: HONNEFELDER, L, WOOD, R., DREYER, M. (eds.). *John Duns Scotus. Metaphysics and Ethics*. Leiden: Brill, 1996, pp. 37-57.